



**European Committee
of the Regions**

**INTERVENÇÃO PELO PRESIDENTE VASCO ALVES CORDEIRO
POR OCASIÃO DA SUA ELEIÇÃO NA SESSÃO PLENÁRIA DO COMITÉ DAS REGIÕES EUROPEU
29 DE JUNHO**

Caro Primeiro Vice-Presidente e demais Vice-Presidentes do Comité das Regiões,
Caros Presidentes do Grupos Políticos,
Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e senhoras e senhores deputados,
Senhor Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia
Caras e Caros Colegas,
Caro Secretário-Geral,

Nesta primeira intervenção que faço na qualidade de Presidente do Comité das Regiões da União Europeia, quero dirigir a todos uma saudação amiga, reafirmando, perante vós e perante todos aqueles que nos acompanham, o meu compromisso de honrar a confiança que em mim depositam, e desempenhar este cargo e servir esta instituição com o melhor do meu esforço, do meu trabalho e das minhas capacidades.

Não posso, - e julgo que compreenderão -, nestas palavras iniciais da minha intervenção, deixar de fazer duas referências especiais:

A primeira é ao meu antecessor, o Presidente Apostolos Tzitzikostas, saudando-o fraternalmente e agradecendo a sua liderança e o seu trabalho durante estes dois últimos anos tão desafiantes e tão exigentes.

O Comité das Regiões, e eu próprio, contamos com a sua experiência, com o seu trabalho e com o seu contributo, como Primeiro Vice-Presidente, para vencermos os desafios do Futuro.

A segunda referência é ao Parlamento dos Açores, que é a casa que me dá a legitimidade democrática para ser membro do Comité das Regiões. A casa perante a qual afirmo que é pelo compromisso que tenho com os Açores que hoje estou aqui. Sem o primeiro, não é possível o segundo. Os Açores são a terra de onde venho. São o povo e a região que tive o privilégio de servir enquanto Presidente do Governo Regional e tenho a honra de representar no seu Parlamento.

Dirijo-me ao Presidente Luís Garcia, bem como à delegação de Deputados Regionais açorianos, constituída pelas Deputadas Andreia Costa e Alexandra Manes e pelos Deputados Rui Martins, Gustavo Alves e Nuno Barata, para saudar, enaltecer e agradecer a vossa presença hoje aqui, desde logo, mas não só, por aquilo que ela significa para este Comité das Regiões, para o Parlamento dos Açores, mas também para a Autonomia Regional.

Uma saudação especial também ao Senhor Embaixador Pedro Lourtie, Representante Permanente de Portugal junto da UE, que me dá a honra e o prazer de estar connosco neste momento e nesta sessão.

Caras e Caros Colegas,



**European Committee
of the Regions**

Os tempos que vivemos são tempos exigentes.

Tempos como estes colocam à prova políticos, governos e instituições, a todos os níveis.

Mas estes são também tempos profundamente desafiantes e entusiasmantes. Diria mesmo que, para a Política no sentido mais lato e, - porque não dizê-lo -, nobre do termo, este é o tempo. Por causa daquilo que está em causa, pelos obstáculos que temos de vencer, pelas mudanças e transformações que podemos e temos de impulsionar.

E isso acontece, não apenas à escala global face a desafios como a crise climática, a transição energética, como à escala da União Europeia com a guerra na Ucrânia, bem como as suas consequências políticas, sociais e económicas, como até à escala desta nossa instituição, no que respeita à forma como nos vemos a nós próprios e como os outros nos vêm, particularmente no contexto das conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Nesse contexto, a vossa escolha para liderar esta organização recaiu sobre mim.

Um membro de um Parlamento, de um Parlamento regional, um Parlamento de uma região insular, arquipelágica, ultraperiférica, que fica a meio caminho entre a Europa e a América.

Mais do que sobre os meus eventuais méritos, esta escolha diz muito mais sobre esta instituição, os seus membros e o significado político e institucional desta decisão do Comité das Regiões Europeu.

E se muito pode ser dito, há algo que vale a pena ser repetido: com esta escolha, o Comité das Regiões não só proclama, como dá testemunho de uma Europa que se faz com todos, para todos. Para cada vila, cidade ou região na Europa, não importa a sua dimensão ou a sua localização.

Com a vossa decisão, o Comité das Regiões salienta e dá testemunho político da importância das assembleias políticas, das assembleias políticas regionais e afirma, da forma mais clara, que todos podem, em igualdade de circunstâncias, almejar a ser parte e protagonista do sonho europeu.

E nestes tempos turbulentos, em que tantos em tantas partes se esforçam por salientar aquilo que nos divide, vejo esta eleição como mais uma forma de reconhecer a força do que nos une, apesar do que nos possa diferenciar.

Caras e Caros Colegas,

Acabo de vos descrever o contexto exigente em que vivemos e que constitui o ponto de partida no qual se inicia esta segunda metade do mandato do Comité das Regiões.

Vivemos, ainda, os restos de uma pandemia que, custou, direta e indiretamente, a vida a cerca de 15 milhões de pessoas. Esta pandemia causou ainda uma verdadeira fratura na nossa vida em comunidade. Foi, ainda, uma prova de fogo para as nossas estruturas políticas, sociais e económicas.

Para mais, enfrentamos, desde o início do corrente ano, uma tragédia, de outro tempo, que julgávamos já não ser possível na Europa: a guerra.



**European Committee
of the Regions**

Uma guerra fruto de uma bárbara agressão militar, que procura a própria negação dos valores e princípios sobre os quais a nossa União assenta.

Também nesse caso, esta ferida aberta constitui uma rutura, inclusive ao nível da nossa vida económica e social.

Pandemia, guerra às nossas portas: nos dois casos as regiões, as cidades e as vilas da Europa estiveram sempre à altura dos desafios. Responderam colocando em prática, no terreno, os valores da solidariedade, da entreajuda e da recuperação.

No caso da pandemia, indo até ao limite das suas competências e dos seus recursos para ajudar os nossos concidadãos, as famílias e as empresas de cada uma das comunidades com medidas que, não só pudessem ajudar a salvar vidas, como pudessem ajudar a salvar e a recuperar empregos, empresas e rendimento.

Medidas que pudessem ajudar a assegurar que, passada esta tempestade, continuávamos a poder ter futuro.

No caso da brutal invasão militar da Ucrânia, foram e ainda são as regiões, as cidades e as vilas da Europa, em especial as dos países mais próximos da zona de conflito, que prontamente acudiram a refugiados, que abriram edifícios e mobilizaram recursos para acolhê-los e abrigá-los, e ao mesmo tempo, numa impressionante manifestação de solidariedade, apoiaram aqueles que ficaram na Ucrânia a lutar pela sua pátria e, também - convém nunca esquecê-lo - pela Liberdade de todos nós.

Do mesmo modo, são as regiões, as cidades e as vilas da Europa que estão na linha da frente do apoio ao processo de integração da Ucrânia na grande família europeia, como resulta claro da Resolução aprovada por este Comité na última sessão plenária, com a consciência clara daquilo que isso significa para cada um de nós, mas também com o entendimento de que as autoridades ucranianas sabem exatamente aquilo que isso exige delas.

Sim, queremos apoiar os nossos parceiros ucranianos agora e no futuro na reconstrução. É por isso que lançamos durante este plenário a Aliança para a Ucrânia.

Mas o contexto que nos envolve nesta segunda parte do mandato traz, igualmente, desafios que são já nossos conhecidos, mas que assumem ainda uma maior urgência.

É o caso da emergência climática e da necessidade de reafirmar e de agir imediatamente em prol das transições verde e digital.

Também aqui, seja pelas suas competências diretas, seja pelo facto da sua ação poder fazer a diferença, para melhor ou para pior, é importante reconhecer que são as regiões, as vilas e as cidades que estão na linha da frente desses combates.

Caras e caros Colegas,



**European Committee
of the Regions**

Para além dos aspetos que atrás referi e que são condicionantes da nossa ação, há um outro elemento, esse de natureza política, que não pode deixar de ser referido a propósito da envolvente à ação do Comité das Regiões até 2025.

Trata-se da conclusão da Conferência sobre o Futuro da Europa e do verdadeiro desafio, de ação, de credibilidade, e até de confiança, que constitui o comportamento de todas as instituições europeias nesse assunto.

O Comité das Regiões, participante ativo e empenhado nos trabalhos da Conferência, teve e tem um entendimento e uma posição muito claros sobre esta matéria, preparando-se para, já nesta sessão plenária, debater e votar uma resolução sobre esta nova fase que vivemos.

Não será, por isso, este o momento mais adequado para uma pronúncia aprofundada sobre este tema. No entanto, o que é evidente não pode deixar de ser dito:

Não é possível convidar e exortar os cidadãos à participação política nesse exercício de democracia para a definição do que entendem dever ser e dever tratar a Europa, para, depois, considerar que, por exemplo, aquilo que possa eventualmente implicar uma alteração dos Tratados é assunto tabu.

Quando assim se age, não é apenas uma ou outra proposta em concreto que ficam comprometidas ou prejudicadas. Quando assim se age, é, seguramente, a confiança dos cidadãos na credibilidade do processo que fica colocada em causa, se não mesmo, a confiança na boa-fé dos seus promotores.

Importa tornar claro que não somos, nem podemos ser, alheios à complexidade de um processo deste tipo, em especial, nesta fase da vida da União Europeia e dados os mais recentes desenvolvimentos em alguns estado-membros.

Também não ignoramos o risco, com evidências aqui e ali, da instrumentalização por alguns, deste assunto e desse processo para ganhos políticos imediatos, nomeadamente, nas eleições europeias de 2024.

No entanto, reafirma-se que aquilo que era exigido e exigível era que, antes ou no início do processo, as regras do jogo fossem claras e não fossem alteradas no final ou depois de terminado o jogo.

É, por isso, com um misto de frustração e lamento que assistimos à forma quase envergonhada como o Conselho Europeu dos passados dias 23 e 24, tratou a questão das conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Caras e Caros Colegas,

Face à complexidade do contexto em que nos encontramos, como está posicionado o Comité das Regiões e como nos devemos posicionar para avançarmos?

É certo que temos as nossas prioridades políticas aprovadas e nas quais nos revemos totalmente. Mas, se podemos salientar dois ou três aspetos que nos parecem determinantes na atuação futura da



**European Committee
of the Regions**

nossa instituição face a esta realidade que nos envolve, começaria por referir que aquilo que os tempos presentes exigem é uma Europa mais forte e mais justa para todos.

Uma Europa mais forte que parta, exatamente, da afirmação perentória e sem tibiezas dos seus valores e princípios fundacionais, tais sejam a Liberdade, o respeito pela Dignidade Humana, a Tolerância, o Primado da Lei e a Democracia, entre outros.

Aqui, exatamente nesta última componente, isso significa, desde logo, uma democracia interna mais forte resultante de maior proximidade e de melhor informação perante os nossos concidadãos. Uma democracia mais forte com mais transparência, resultante não só de procedimentos, mas também de objetivos e de propósitos.

Uma Europa mais forte que se alicerce, igualmente, na promoção de uma maior e mais sistemática participação dos cidadãos nos processos de decisão.

Este aspeto acaba por ser particularmente importante à luz das conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa, mas, sobretudo, à luz do rico património político que as regiões, as vilas e as cidades têm na promoção de mecanismos de participação cidadã.

Venceremos os desafios que o atual contexto nos impõe, também defendendo uma Europa mais justa para todos, alicerçando este apeto num forte compromisso com a dimensão social da Europa, desde logo, na forma como ela está expressa no Compromisso Social do Porto, acrescentando uma atenção particular às questões sociais em todos os domínios.

Uma Europa mais forte e mais justa para todos não pode existir sem o empoderamento das mulheres nas nossas sociedades e nos nossos órgãos políticos. 2025 é o ano em que a Comissão Europeia deve fazer progressos significativos em direção a uma Europa com igualdade de gênero. Acho que podemos e devemos fazer melhor.

Uma Europa mais forte e mais justa para todos não pode existir sem abordar a discriminação contra as pessoas LGBTIQ em todo o nosso continente. Tornar todas as nossas cidades e regiões Zonas de Liberdade LGBTIQ não seria apenas um sinal político, mas também representa trazer proteção, respeito e esperança para todos.

Mas nunca devemos esquecer que uma Europa mais forte e mais justa para todos significa também que, para além de tudo isso, a UE deve permanecer atenta à necessidade de criar emprego, de ajudar as famílias no acesso à educação e à saúde, que está ao lado dos cidadãos europeus na procura de soluções para as suas preocupações sobre o futuro das suas famílias, dos seus filhos ou dos seus idosos, dos seus empregos ou das suas comunidades.

Caras e caros amigos,

Essa Europa mais forte e mais justa para todos, concretizada no espaço europeu, não pode, nem deve reduzir o seu alcance e deve assumir-se, igualmente, como um farol de valores e de princípios em todo o Mundo.



**European Committee
of the Regions**

A última sexta-feira lembrou ao mundo que há valores e princípios que nunca podemos dar por garantidos.

Por isso, devemos assumir também como prioridade da nossa atuação a defesa de uma Europa mais forte e mais justa para todos porque isso significa a construção, aqui no nosso próprio Continente, de uma sociedade que prefere pontes a muros, que prefere a insustentável leveza da liberdade ao insuportável peso da opressão.

Uma Europa que, no fundo, cumpra as aspirações dos seus cidadãos e aquelas de outros que partilhem os seus valores num Mundo que tanto dela necessita.

Um segundo imperativo que o atual contexto impele o Comité das Regiões a assumir, tem a ver com a necessidade da defesa inequívoca, firme e intransigente de Uma Política de Coesão que potencie e apoie a coesão económica, social, territorial e ambiental.

A Política de Coesão é um pilar da concretização do projeto europeu.

Mas a verdade é que, de algum tempo a esta parte, ela tem sido vista por alguns apenas como um conjunto de recursos que, sem qualquer hesitação, podem ser direcionados para outros temas e postos a servir outros objetivos.

Daqui resulta o risco, real e presente, da Política de Coesão ser vista apenas como um orçamento disponível no curto prazo para acudir qualquer emergência, e não como uma política de apoio a objetivos de médio e longo prazo. A Política de Coesão tem sido fundamental na luta contra as consequências sociais e económicas imediatas da pandemia de COVID-19 e presta apoio às pessoas que fogem da guerra na Ucrânia. Mas não podemos perder de vista sobre o que é esta política: uma política de investimento a longo prazo para apoiar o modelo europeu de sociedade baseado na coesão territorial e na redução das disparidades regionais!

A diluição da Política de Coesão no futuro Quadro Financeiro Plurianual pós-2027 é um risco que não deve, nem pode, ser menosprezado.

O Comité das Regiões deve, por isso, cerrar fileiras em defesa de uma política que tem muito ainda a dar para a concretização dessa ideia de não deixar ninguém para trás, ou seja, do próprio ideal da União.

Para tanto, saibamos todos nós trabalhar para atualizá-la nos seus objetivos para que, devidamente dotada com os recursos necessários, ela possa cumprir o seu papel de realizar e concretizar a nossa União.

Do nosso lado, o trabalho sobre o futuro da Política de Coesão começa aqui e começa agora.

Caras e Caros Colegas,

Resta-nos uma terceira prioridade, a qual tem a ver com o próprio funcionamento do Comité das Regiões, com a forma como nos vemos e, também, a forma como somos vistos.



**European Committee
of the Regions**

Todos, todos em todas as instituições europeias, elogiam a dimensão local e regional da União Europeia e da democracia europeia. Mas poucos parecem disponíveis e empenhados para reconhecer esta instituição como uma verdadeira Assembleia Política, a Assembleia das Autoridades Locais e Regionais da União Europeia.

É, pois, tempo de acentuarmos o perfil político desta instituição, combatendo mal-entendidos e desconhecimento, tendo presente que a vastidão das áreas em que essa afirmação pode e deve ser declinada, é igual ao potencial que ainda está por realizar quanto ao contributo decisivo que os poderes locais e regionais da Europa podem dar para a sua concretização, para a sua renovação, para a sua perenidade.

Caras e caros colegas e amigos,

A concluir, daqui desta Câmara em que ecoa a voz de milhares de entidades locais e regionais, desta Câmara que transporta a voz de mais de um milhão de eleitos, eu, em nome do Comité das Regiões, ofereço ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão Europeia, sem esquecer, naturalmente, a nossa instituição irmã, o Conselho Económico e Social, a colaboração leal, franca, frontal e empenhada na construção, no aperfeiçoamento e na concretização desta União Europeia que é nossa, mas que é, cada vez mais, nestes tempos conturbados em que vivemos, um sinal de Esperança e de Confiança num futuro melhor.

Vamos ao trabalho.